

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

188

HABEAS CORPUS N° 0203028-4

IMPETRANTE: Bela. Maria de Lourdes Guimarães Campelo

PACIENTE: Edemir Bernardo do Nascimento

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO. INOCORRÊNCIA. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. PRESENÇA DE MOTIVO ENSEJADOR DA MANUTENÇÃO DO FLAGRANTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Encerrada a instrução criminal, encontrando-se o feito na fase de razões finais, fica superado o pretenso constrangimento ilegal por excesso prazal (Súmula 52 do STJ);

2. A decisão que manteve a prisão em flagrante delito, por persistirem os motivos determinantes da mesma, não pode ser considerada como despida de fundamentação, porquanto calcada em circunstâncias concretas do caso, autorizadoras da medida extrema, ausente qualquer coação ilegal a ser sanada.

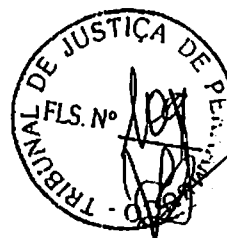
3. Impede a concessão da fiança a presença dos motivos ensejadores da manutenção do flagrante;

4. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* n° 0203028-4, em que figura como impetrante a Advogada Maria de Lourdes Guimarães Campelo, e como paciente Edemir Bernardo do Nascimento, acordam os Desembargadores componentes da Segunda

Assinatura 6



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

189

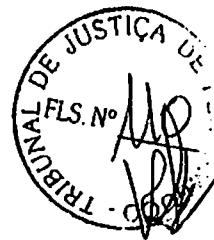
Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____ de dezembro de 2009, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



190

HABEAS CORPUS N º 0203028-4

IMPETRANTE: Bela. Maria de Lourdes Guimarães Campelo

PACIENTE: Edemir Bernardo do Nascimento

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

RELATÓRIO

A Advogada Maria de Lourdes Campelo impetrou a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor de Edemir Bernardo do Nascimento, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora a Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo nº 001.2009.130221-9, pela suposta prática dos crimes de porte ilegal de arma de fogo, resistência e desobediência, tipificados, respectivamente, no art. 14 da Lei 10.826/03, art. 329 e art. 330, estes últimos do Código Penal Brasileiro.

Relata a impetrante que o paciente encontra-se detido desde 08.08.2009, em razão de flagrante delito, e que pleiteou o relaxamento da prisão perante o Juízo impetrado, o que lhe foi negado. Argumenta, em apertada síntese, que o paciente suporta constrangimento ilegal em razão de inexistirem os motivos justificadores da custódia preventiva, aplicáveis para a manutenção da prisão em flagrante, bem como por excesso de prazo para a formação da culpa, pois se encontra detido há mais de 120 (cento e vinte) dias, sem que a instrução criminal tenha sido encerrada.

Requer o relaxamento do flagrante, em virtude da ausência dos requisitos necessários a sua manutenção, e, acaso não relaxada a prisão, seja concedido o benefício da liberdade provisória, com arbitramento de fiança, em favor do paciente.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 06/75.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



191

Decisão Interlocutória, às fls. 82/83, indeferindo o pedido de liminar.

Instada a se pronunciar, a autoridade indicada como coatora apresentou as informações de fls. 89/90.

Em parecer de fls. 94/96, a Procuradora de Justiça, Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Como visto, a presente ordem de *habeas corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, decorrente de excesso de prazo na conclusão da instrução criminal do processo a que responde pela prática dos crimes de porte ilegal de arma, resistência e desobediência, bem como em razão da sustentada inexistência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva, aptos a determinar a manutenção do flagrante delito.

Analiso, primeiramente, o alegado excesso prazal.

Consta das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora que o paciente foi preso em flagrante delito em 08.08.2009, tendo sido a denúncia recebida em 24.08.2009, ocasião em que foi determinada a citação do acusado para o oferecimento de defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias.

A defesa escrita foi apresentada em 23.10.2009. O Juízo impetrado designou o dia 10.12.2009 para realizar a audiência de instrução e julgamento.

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico deste Tribunal, verifiquei que a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 10.12.2009 aconteceu, tendo sido deferido prazo a que as partes ofereçam as alegações finais.

Immm



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



192

Vê-se que o feito encontra-se, em verdade, com rápida tramitação, pois entre a data da prisão em flagrante e a conclusão da instrução criminal, decorreu o lapso temporal de aproximadamente 4 (quatro) meses.

Ademais, encerrada a instrução criminal, encontrando-se o feito na fase de razões finais, fica superada qualquer alegação de constrangimento ilegal por excesso prazal, entendimento já sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

“SÚMULA 52 DO STJ: Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.”

No que se refere à alegação de inexistência de motivo ensejador da manutenção da prisão em flagrante do paciente, entendo que, do mesmo modo, não merece acolhida, senão vejamos:

O pedido de relaxamento da prisão do paciente restou indeferido pela decisão reproduzida às fls. 75, a qual não pode ser considerada como despida de fundamentação, porquanto a autoridade apontada como coatora decidiu pela manutenção do flagrante calcada em circunstâncias concretas do caso, autorizadoras da medida extrema.

Cuido que inexistente qualquer coação ilegal a ser sanada, merecendo transcrição parte da motivação constante na decisão impugnada, vazada nos seguintes termos:

“Por outro lado, com o devido respeito ao parecer ministerial indefiro a liberdade provisória requerida, tendo em vista que o crime praticado pelo denunciado não foi, apenas, um simples porte ilegal de arma de fogo. Veja-se que além dele portar arma ilegalmente, ainda resistiu à prisão e desobedeceu ordem legal, tendo sido denunciado como incurso nas penas do art. 14 da Lei nº 10.286/2003, c/c arts. 329 e 330, ambos do CPB. Apesar do grande empenho das autoridades pelo desarmamento, pessoas insistem em portar arma de

Assinatura



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



193

fogo, sem ter qualquer treinamento, expondo, assim, toda Sociedade a risco desnecessário. Precisa-se agir de forma mais severa, para evitar crimes mais graves. (...)”

A cautela na concessão da liberdade do paciente deve-se às circunstâncias do fato, pois o paciente foi detido em flagrante delito quando caminhava em via pública, por volta das 22h, e, ao ser abordado por policiais, desobedeceu a ordem de ficar parado e ofereceu resistência ao empreender fuga e tentar se livrar da arma que portava. Em sede de cognição sumária, vislumbra-se o risco social que em liberdade o paciente representa.

Como bem salientou a Douta Procuradoria de Justiça:

“Sob uma análise detida do presente *writ*, verifica-se, *in casu*, a presença dos requisitos do Art. 312 do CPP, máxime existindo indícios veementes da autoria delitiva. As informações prestadas pela apontada autoridade coatora, bem assim a cópia do despacho que indeferiu o pedido de liberdade provisória (fls. 75), dão conta de que o crime em comento não se resume a um simples porte de arma de fogo, posto que a forma como se deu a prisão em flagrante, com resistência e tentativa de fuga, revelam o risco a que se expõe toda sociedade com a eventual liberdade do paciente. É notório o esforço das autoridades no sentido de garantir o desarmamento de pessoas inaptas ao uso de arma de fogo, objetivando a proteção da incolumidade física do cidadão de bem que vive atemorizado com a gigantesca onda de violência que grassa em nosso país; o enfrentamento de casos como tais deve ser severo e exemplar, não autorizando-se flexibilização em seu trato. Desse modo, o recolhimento do paciente a ergástulo público no aguardo do julgamento, não consubstancia constrangimento ilegal, sendo necessária à garantia da ordem pública e à aplicação da lei penal.”



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



194

Por outro lado, deve ser deixada a condução do processo ao prudente arbítrio da douta Magistrada, pois a proximidade dos fatos e das provas lhe confere efetivamente a faculdade de ser quem melhor pode aferir a ocorrência de circunstâncias que indiquem a necessidade da manutenção da medida constritiva.

Por fim, quanto ao pedido de liberdade provisória mediante arbitramento de fiança, verificada a existência dos motivos para a manutenção do flagrante, impedimento há para a concessão da requerida soltura.

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator